INSTRUÇÃO NORMATIVA № 16 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

1 - Enquadramento e Instrumento Técnico utilizado no Licenciamento Ambiental

De acordo com o disposto na Resolução CONSEMA nº 250/2024, a Recuperação de áreas degradadas através da conformação de relevo, exceto áreas contaminadas, deve ser licenciada através de Autorização Ambiental (AuA).

Para os casos de Recomposição de vegetação nativa, o licenciamento ocorre através de emissão de Ofício.

Ouadro 1 - Indicação das atividades licenciadas através desta IN

Quadro 1 marcação		
CÓDIGO	ATIVIDADE	PORTE
71.80.00	Recuperação de áreas degradadas através da	
	conformação de relevo, exceto áreas contaminadas	
	(Processos REC)	Único
-	Recomposição de vegetação nativa (Processos RVG)	Único



ESTADO DE SANTA CATARINA



INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2 - Instruções Específicas

2.1 Para efeitos desta Instrução Normativa, são adotadas as seguintes definições:

- i. **Área degradada:** aquela impossibilitada de retornar por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao estado inicial, dificilmente sendo restaurada, apenas recuperada;
- ii. Área perturbada: aquela que após o impacto ainda mantém capacidade de regeneração natural e pode ser restaurada:
- iii. **Recuperação:** série de medidas tomadas em áreas impactadas pela atividade com o objetivo de retornar a uma condição não degradada, que pode ser diferente da sua condição original, podendo consistir na preparação da área para uso futuro através de ações de proteção dos recursos hídricos e do solo;
- iv. **Recomposição:** modalidade de recuperação ambiental com intervenção humana intencional em áreas degradadas ou alteradas para desencadear, facilitar ou acelerar o processo natural de sucessão ecológica, o que deve envolver a recuperação de condições ambientais que garantam a proteção do solo e a existência de biodiversidade;
- v. Reabilitação: retorno da área a um estado biológico apropriado. Este retorno pode significar o uso produtivo da área a longo prazo, tal como a implantação de uma atividade que renderá lucros; ou atividades menos tangíveis em termos monetários, visando a recreação ou a valorização estéticoecológica;
- vi. **Restauração:** conjunto de técnicas adotadas para restituição de um ecossistema o mais próximo possível da sua condição original;
- vii. **Restauração stricto sensu:** a volta completa de ambientes pouquíssimos perturbados as condições originais preexistentes e mesmo assim com remota possibilidade de ser alcançada;
- viii. **Restauração lato sensu:** ambientes com baixa intensidade de perturbação e, consequentemente, com boa resiliência, mas que não retornaria exatamente a condição original;
- ix. **Uso futuro:** Utilização prevista para determinada área, considerando suas aptidões, intenção de uso e fragilidade do meio físico e biótico;
- x. **Sistema agroflorestal SAF:** Sistema de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas e forrageiras, em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal com diversidade de espécies (nativas e exóticas) e interações entre estes componentes;
- xi. **Espécie pioneira:** espécies que em geral produzem grande número de sementes pequenas, necessitam de luz para germinar, apresentam crescimento rápido e vigoroso da planta, mas geralmente apresentam ciclo de vida curto (aproximadamente 10 anos); constituem comunidades com baixa diversidade e alta densidade populacional. Colonizam o ambiente, ou seja, estão presentes na primeira fase da sucessão ecológica:
- xii. **Espécie secundária inicial:** espécies intermediárias na sucessão. Produzem sementes de tamanho médio. São intolerantes à sombra. Apresentam crescimento rápido e ciclo de vida curto (10 a 25 anos). Regeneração por banco de plântulas;
- xiii. **Espécie secundária tardia:** espécies intermediárias na sucessão. Produzem frutos e sementes leves de pequenos a médios. Tolerante a sombra no estágio juvenil. Tempo de crescimento médio e ciclo de vida longo (25 a 100 anos). Regeneração por banco de plântulas efêmero;
- xiv. **Espécie climácica:** espécies que apresentam em geral menor produção de sementes, crescimento lento ou muito lento, germinação e desenvolvimento preferencialmente à sombra, ciclo de vida longo e constituem comunidades com maior diversidade de espécies e menor densidade populacional. Surgem no último estágio da sucessão, constituindo o clímax (quando a comunidade vegetal atinge o equilíbrio ecológico);
- xv. **Espécie exótica:** qualquer espécie fora de sua área natural de distribuição geográfica, como resultado de dispersão acidental ou intencional por atividades humanas;
- xvi. **Espécie invasora:** aquela que, uma vez introduzida a partir de outros ambientes, se adapta e passa a reproduzir-se a ponto de ocupar o espaço de espécies nativas e produzir alterações nos processos ecológicos naturais, tendendo a tornar-se dominante após um período de tempo mais ou menos longo requerido para sua adaptação e cuja introdução ou dispersão ameace ecossistema, habitat ou espécies e cause impactos negativos ambientais, econômicos, sociais ou culturais;
- xvii. **Espécies exóticas invasoras de Santa Catarina:** aquelas espécies que estão inseridas na Lista oficial de Espécies Exóticas invasoras (Anexo II Resolução Consema 8/2012);
- xviii. **Espécie nativa:** espécie que apresenta suas populações naturais dentro dos limites de sua distribuição geográfica, participando de ecossistemas onde apresenta seus níveis de interação e controles demográficos;
- xix. Vegetação nativa: comunidade de plantas em seu ecossistema de origem, dotada de características

julho/2025 Página 2 de 5



ESTADO DE SANTA CATARINA



INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

próprias e adaptadas ao meio e às interações ecológicas ali presentes.

- **2.2** Modalidades de recuperação de áreas degradadas.
 - I. Recuperação de áreas degradadas através da conformação do relevo: a série de medidas tomadas em áreas impactadas pela atividade com o objetivo de retornar a uma condição não degradada, que pode ser diferente da sua condição original, podendo consistir na preparação da área para uso futuro através de ações de proteção dos recursos hídricos e do solo.
 - II. **Recomposição de vegetação nativa:** o conjunto de técnicas adotadas para restituição de um ecossistema o mais próximo possível da sua condição original, utilizada nos casos onde a exigência é o encerramento de usos atuais da área com retorno ao desenvolvimento da formação vegetal original.
- **2.3** O Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) deverá definir as medidas necessárias à recuperação, reabilitação, recomposição ou restauração da área perturbada ou degradada, fundamentado nas características bióticas e abióticas da área e em conhecimentos secundários sobre o tipo de impacto causado, a resiliência da vegetação e a sucessão secundária.
- **2.4** O PRAD deverá propor métodos e técnicas a serem empregados de acordo com as peculiaridades de cada área e do dano observado, incluindo medidas que assegurem a proteção das áreas a serem recuperadas/recompostas de quaisquer fatores que possam dificultar ou impedir o processo de recuperação, devendo ser utilizados, de forma isolada ou conjunta, preferencialmente aqueles de eficácia já comprovada, em especial a condução da regeneração natural de espécies nativas.
- 2.5 Deverá ser dada preferência ao plantio de espécies nativas ameaçadas de extinção.
- **2.6** Deverá ser dada atenção especial à proteção e conservação do solo e dos recursos hídricos e, caso se façam necessárias, técnicas de controle da erosão deverão ser executadas.
- **2.7** As áreas que, por consequência da atividade, não tiverem condições de retornar às condições naturais do ecossistema, devem passar por recuperação que vise a sua estabilização, com medidas protetivas do solo, dos recursos hídricos e da fauna.
- 2.8 O início de execução do PRAD deverá ser imediato, após a aprovação do projeto.
- **2.9** Deverá ser entregue relatório de implantação, com comprovação fotográfica, 30 dias após o início das atividades.
- **2.10** Caso os objetivos e metas propostos no cronograma apresentado não sejam alcançados, o projeto deverá ser reavaliado e readequado conforme a realidade da execução.
- **2.11** No local que é objeto da recuperação ambiental deve ser mantida placa informativa contendo os seguintes dados:
 - Título: Recuperação de Área Degradada;
 - Nome do responsável legal (Pessoa física ou pessoa jurídica);
 - Número do processo (RVG ou REC);
 - Nome e número de registro/cadastro do técnico responsável pelo projeto;
 - Área em recuperação (m²);

julho/2025 Página 3 de 5



INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

3 - Documentação necessária para o licenciamento

Autorização Ambiental (AuA) e Parecer Técnico

- a. Requerimento com endereço completo do requerente, conforme modelo.
- b. Procuração, para representação do interessado, com firma reconhecida, quando couber.
- C. Justificativa do pedido com apresentação, se for o caso, de documento (TAC, Despacho de penalidade, acordo judicial, etc) do ente que solicitou a execução do PRAD.
- d. Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 30 dias de expedição) ou documento autenticado que comprove a posse ou possibilidade de uso do imóvel.
- e. Anuência do proprietário quando o PRAD afetar imóveis de terceiros.
- f. Plano/projeto de recuperação de áreas degradadas através da conformação do relevo conforme Termo de Referência (Anexo 1) ou Plano/projeto de recuperação de áreas degradadas por Recomposição de vegetação em área de preservação e outros (Anexo 2).
- g. Planta planialtimétrica da área do plano ou projeto (em GeoPDF) com a hidrografia, área de preservação permanente – APP, área do empreendimento e detalhe do plano/projeto, em projeção UTM, no DATUM SIRGAS 2000.
- h. Polígono da área de intervenção do PRAD em formato .shp.
- i. Polígono da área do empreendimento em formato .shp.
- j. Documentação de Responsabilidade Técnica do profissional habilitado para a elaboração e execução do projeto, e supervisão da recuperação, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses.
- k. Comprovante de inscrição no Cadastro Ambiental Rural CAR, quando se tratar de imóveis localizados em área rural.
- I. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- m. Certificado de regularidade do CTF/APP do interessado (Certificado de regularidade do Cadastro Ambiental Legal: www.cadastroambientallegal.sc.gov.br).
- n. Certificado de regularidade do CTF/AIDA da empresa consultora ou responsável técnico (Certificado de regularidade do Cadastro Ambiental Legal: www.cadastroambientallegal.sc.gov.br).

julho/2025 Página 4 de 5



INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Tabela de controle de versões da INSTRUÇÃO NORMATIVA № 16

Versão	Publicação no DOE	Processo SGPe	Principais Modificações	
julho/2025	-	ı	-	
julho/2025	-	-	-	
dezembro/2024	-	-	-	
março/2012	-	-	-	
agosto/2011	-			





julho/2025 Página 5 de 5